

Título: Buscando o Equilíbrio

Mídia: Revistas

Veículo: Lec - Legal, Ethics, Compliance

Página: 44 a 49

Data: 01/03/2017

Cidade: Nacional

Cm2: 7780

Jornalista: Redação

 PLD • FINTECHS

Buscando o equilíbrio

Na medida em que avançam no mundo e no Brasil, as Fintechs estão ajudando a mudar algumas dinâmicas no mercado financeiro e trazem junto novos desafios regulatórios

A velocidade com que a adoção de novas ferramentas tecnológicas por pessoas e empresas muda a maneira como fazemos as coisas e vivemos é tamanha que, não raro, esquecemos que muitas dessas tecnologias que parecem ter nos acompanhado por toda a vida, mal chegaram a sua primeira infância. Artigos “pré-históricos”, como os computadores de mesa pessoais têm pouco mais do que 30 anos. O onipresente Google só chegou à maioria neste ano e o Facebook – do qual quem não faz parte é tido como ser estranho – nem isso, tem apenas 12 anos. São referências para exemplificar a capacidade que novas tecnologias têm de mudar radicalmente em pouquíssimo espaço de tempo, várias regras e dogmas da sociedade. Tudo isso também se aplica ao mundo dos negócios.

Veja o caso das Fintechs. Em geral elas são empresas muito jovens, startups mesmo, que usam a tecnologia como forma de quebrar barreiras e paradig-

mas do sistema financeiro tradicional.

Embora estatisticamente ainda representem algo relativamente pequeno dentro do gigantesco universo do mercado financeiro, é seguro dizer que as Fintechs vão desempenhar um papel importante no futuro do setor. “Existe um consenso relativamente generalizado de que as inovações das Fintechs têm o potencial de transformar áreas-chave dos negócios de títulos e valores mobiliários de maneiras que poderiam beneficiar significativamente investidores e nossos mercados de capitais”, disse a ex-presidente da SEC, Mary Jo White, durante um fórum sobre o tema, realizado no final do ano passado, pelo próprio órgão regulador do mercado de capitais norte-americano.

Em uma recente viagem à África Oriental, Michael Piwowar, o atual chairman da SEC, viu o poder de transformação das Fintechs *in loco*. “Em uma região onde uma parcela significativa da população não tem acesso aos confortos tão comuns nos Estados Unidos, muito menos a contas bancárias, a tecnologia M-Pesa

(um serviço de banco via celular oferecido pela operadora Vodafone) permite o pagamento de serviços e transferências de dinheiro feitas a partir de telefones celulares das primeiras gerações”, lembrou. De acordo com ele, as taxas de inclusão financeira cresceram dramaticamente e as de criminalidade caíram substancialmente desde a introdução dessa tecnologia.

“Muitos investidores querem abrir Fintechs, por questão de custos e inovação. Elas são a bola da vez do mercado financeiro. Os próprios bancos estão investindo”, explica Paulo Suzart, especialista em compliance financeiro e prevenção à lavagem de dinheiro. Estimativas dão conta que essas empresas receberam investimentos da ordem de US\$ 19 bilhões em 2015 e a tendência é que esse valor cresça exponencialmente nos próximos anos. “É importante fomentar um ambiente onde as inovações potencialmente transformadoras que tornam melhores os mercados possam florescer. Mas como diz o ditado, com o poder vem a responsabilidade”, lembrou a ex-presidente da SEC.

Com um maior número de Fintechs



chegando ao mercado e algumas ganhando musculatura, reguladores no mundo todo têm quebrado a cabeça para entender e encontrar a melhor maneira de tratar esses novos e importantes agentes sem inibir suas inovações, mas garantindo a proteção aos mercados e aos investidores. Mais do que inovadores, os empresários desse setor precisam entender que passaram a fazer parte, de alguma maneira, do mercado financeiro. Isso faz com que eles tenham que assumir também obrigações regulatórias importantes. “Embora alguns possam ver o compliance regulatório como um fardo (N.E.: muito provavelmente o presidente Donald Trump se enquadre nesse grupo), os mercados de valores dos EUA são os mais seguros e confiáveis do mundo, em grande parte por conta da nossa robusta proteção aos investidores”, acrescentou Jo White.

MERCADO HETEROGÊNEO

É importante destacar que o mercado de Fintechs é ainda altamente pulverizado e que não existe um perfil único para elas. Na verdade, trata-se de um verdadeiro

buffet com empresas operando em diferentes segmentos do mercado, da emissão de cartões à concessão de crédito como correspondente bancário, passando por emissão de moedas e assessoria de investimentos.

Apesar das novidades e inovações que trazem para o mercado, a verdade é que muitas dessas empresas atuam em atividades que são reguladas pelo Banco Central (BC), e como tal, já estão obrigadas a cumprir com regras de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT). Esse é o caso das Fintechs que operam como instituições de pagamentos. Por mais digitais e inovadoras que sejam as regras regulatórias do Banco Central que as regem estão lá e são muito claras. Algumas dessas instituições já estão cadastradas no COAF – a unidade de inteligências financeira brasileira – para quem empresas de setores regulados devem comunicar sobre transações suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Outro grupo importante de empresas, embora não tenha sua atividade fim diretamente

regulada, atua em parceria ou prestando serviço para instituições que são bastante reguladas, como bancos e seguradoras. Assim, esses últimos acabam se incumbindo de “regular” seus parceiros.

O mesmo acontece nos Estados Unidos, onde muitas Fintechs já estão registradas na SEC, enquanto outras prestam serviços que estão sob a supervisão exclusiva da reguladora, como assessoria de investimentos e aplicativos de negociação de títulos.

Ainda assim, como tudo que é muito novo e impacta demais a maneira como as coisas se organizam, as Fintechs ensejam uma série de dúvida em relação a sua regulação e, mais ainda, em como os reguladores vão tratar esses novos agentes. O que eu posso dizer é que várias Fintechs já deveriam ter um processo de conheça o seu cliente (KYC), fazer reporte de operações suspeitas e outras coisas que são exigíveis pelas regras do BC. Se isso está sendo seguido à risca por elas, é outra história”, pontua Nei Zelmanovits, sócio da área Financeira do Machado Meyer.

PLD • FINTECHS

Para a enorme maioria dessas empresas, principalmente as startups que fazem o grande volume do mercado, o compliance não é a primeira prioridade. Afinal, é preciso testar o novo modelo de negócios e garantir que ele se mantenha em pé. “As iniciativas são totalmente independentes e a decisão sobre como vai tratar o assunto, se desde o início ou quando o negócio chega num determinado nível, depende do próprio empreendedor”, diz Rodrigo Ubaldo, diretor da Abfintechs, associação que reúne empreendedores e empresas desse segmento e sócio da Allgoo, uma Fintech que se propõe a ser o braço digital de instituições financeiras tradicionais.

Quem tem pretensões de ir mais longe – e ninguém entra numa empreitada dessas sem acreditar que pode ir longe – deveria levar esse cuidado com questões de compliance em conta. Se não desde a concepção do negócio, pelo menos já nos primeiros sinais de que a operação realmente tem potencial para dar certo. Isso porque, para conseguir avançar e ganhar alguma escala no mercado, o empreendedor costuma contar com algum aporte externo. “No primeiro estágio dela, ela fica limitada se não aderir (à regulação) e isso é um grande risco”, reconhece Ubaldo.

Sem uma estrutura de compliance que possa ser considerada adequada ao porte e ao modelo de atuação da operação, dificilmente essa startup vai receber um aporte inicial que a permita dar os primeiros saltos. Ao menos de investidores institucionais ou de instituições financeiras, dois grupos que respondem por uma parcela bem significativa desses bilhões que têm sido investidos no setor. O InovaBra – a aceleradora do Bradesco, que é parceira da Abfintechs – está bastante atento a essas questões regulatórias das Fintechs e com razão. As instituições tradicionais estão de olho em novas possibilidades de negócios e em inovações que poderão ser incorporadas pela própria empresa no futuro. E estão dispostos a correr vários riscos ao realizar esses investimentos. Mas o risco regulatório,

definitivamente, não é um deles.

O MUNDO SE DIVIDE

Como o tema é novo, ainda não existe uma harmonização na ação dos reguladores financeiros mundo afora sobre as Fintechs. O próprio Banco Central, de acordo com a sua assessoria de imprensa, tem participado de vários fóruns de discussões, que avaliam os possíveis impactos que as inovações no segmento financeiro podem trazer para a estabilidade financeira e para a atuação de reguladores e supervisores.

Mas já é possível, ao menos, separar os países em dois grandes grupos. De um lado, estão os que estão criando um ambiente de incentivo para a criação e o fortalecimento de Fintechs, valendo-se inclusive de um afrouxamento regulatório para essas empresas. “Você percebe que alguns países têm uma postura mais positiva em relação às Fintechs e flexibilizam as regras para que, numa fase embrionária, não sejam mortas pela legislação”, relata Zelmanovits, do Machado Meyer. Fazem parte desse primeiro grupo países como Singapura, Israel, Austrália e Reino Unido.

Essa ação mais “relaxada” em relação às Fintechs em alguns países não significa que elas andem soltas por aí, fazendo o que lhes der na telha. Na verdade, o que os reguladores nesses mercados têm feito é um acompanhamento, aplicando as exigências de forma que sejam proporcionais ao tamanho do negócio e ao impacto que ela gera para o público e para o mercado. Alguns estão, inclusive, testando caminhos em conjunto com as próprias empresas. “É o que chamam de regulatory sandbox (caixa de areia regulatória, numa tradução livre) – uma experiência controlada e colaborativa, no qual os reguladores permitem uma regulação abrandada em troca do compartilhamento de informações com o regulador que passa a conhecer melhor as experiências que esses novos negócios estão gerando na prestação dos serviços”, explica Renato Ximenes, sócio da banca Mattos Filho nas áreas de Mercado de Capitais e



RODRIGO UBALDO, DA ABFINTECHS: é o empreendedor quem deve determinar se a questão de compliance será tratada desde o início do negócio, ou se quando ele atingir um determinado nível.

Meios de Pagamento.

Já nos Estados Unidos, de acordo com Suzart, existe uma orientação mais evoluída sobre como as Fintechs devem se portar, seguindo as normas da SEC e do Fincen – órgão de fiscalização ligado a Secretaria do Tesouro – e legislações como a Dodd-Frank e FATCA. “Eles precisam se adequar às tais normas, principalmente para evasão fiscal e financiamento no terrorismo”, explica o especialista. Ainda assim, os reguladores de lá estão buscando entender melhor o impacto desses novos negócios para, eventualmente, determinar novas regras para essas companhias.

PESA A MÃO OU DEIXA ROLAR?

Prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo são temas clássicos para as instituições financeiras há muito tempo. Mas eles estão ainda mais na ordem do dia de todos os reguladores. “Imagino que BC, COAF, a Comissão de Valores Mobiliários e outros reguladores devem estar olhando para esse assunto com cuidado para entender melhor o que as Fintechs fazem para, só depois criar re-



gulações aplicáveis. Não dá para regular o que você não conhece. Se regular mal, você pode matar no nascedouro um negócio que pode florescer”, corrobora o sócio do Machado Meyer.

Para Antonio Carlos Gustavo, presidente do COAF, o Brasil não deve seguir na linha dos países que vão fazer concessões regulatórias. Ainda mais antes de entender melhor como esse mercado funciona. “O Brasil entende que precisa olhar e entender, ver um pouco melhor como algumas coisas acontecem. Aos poucos as autoridades vão definir o que precisa e o que não precisa ser regulado”, diz o chefe do COAF. Ele acredita que, no fundo, o que o BC está tentando fazer é dosar a imposição de novas leis à medida que esse mercado acontece.

O Banco Central vem monitorando constantemente as inovações do mercado financeiro, inclusive as tecnológicas digitais que guardam relação com as atividades do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro. De acordo com a assessoria do BC: “a entidade avalia potenciais impactos sobre o funcionamento das instituições e entidades desses sistemas, de seus intermediários e usuários, bem como sobre as atribuições desta autarquia.”

Para Renato Ximenes, o BC entende que a relação com a tecnologia é boa para o público e tem deixado esse merca-

do fluir com bastante liberdade, embora acompanhando de perto também. Já Paulo Suzart acredita que, atualmente, os órgãos reguladores estão com a estrutura enxuta e recursos tão limitados que, apesar do interesse, na prática tem sido difícil para eles acompanharem de perto esses novos e inovadores agentes do mercado. Mas ele reforça que todas as empresas têm abertura para conversar com os reguladores, inclusive para tentar entender se os seus produtos e serviços entram em conflito com a regulação.

A Abfintechs, por exemplo, tem feito essa aproximação junto aos órgãos reguladores. “O BC está interessado em nos escutar, em entender como a gente funciona”, comemora Ubaldo. Ele explica que essa aproximação só foi feita agora, porque faltava uma organização do próprio setor para uma abordagem estruturada, por meio de uma agenda organizada.

A associação que congrega as Fintechs também está investindo na autorregulação do setor. Para isso, a Abfintechs instituiu um conselho de especialistas, pessoas com know how no ecossistema financeiro, de tecnologia e de empreendedorismo para que vão auxiliar nesse processo. A ideia é que na medida em que os associados forem aderindo ao processo, seja estabelecida uma rotina de avaliação.

A expectativa é que o Brasil consiga

chegar num ambiente regulatório que ofereça garantias ao sistema, ao mesmo tempo em que não engesse esses novos negócios. A dúvida sobre o resultado final dessa equação permeia todas as discussões do mercado.

Apesar disso, um ponto que parece ser consenso, ao menos em termos conceituais: que as normas do mercado financeiro devem ser aplicadas de maneira proporcional. O próprio Banco Central divulgou isso na agenda BC+. “O interessante é que toda a estrutura de compliance já deve ser feita de acordo com a sua estrutura, seus produtos e serviços. O regulador não vai exigir de uma Fintech que está começando a mesma estrutura do Itaú ou do Bradesco”, lembra Paulo Suzart. Mas as Fintechs só têm a ganhar se estabelecerem a cultura de Compliance, logo no nascimento, especialmente os processos de PLD.

É PEQUENA, MAS TEM DE FAZER

Aspecto primordial nesse contexto, as Fintechs precisam dar muita atenção ao processo de KYC. Uma vez que a grande vantagem delas é atuar no ambiente digital, elas não têm o face a face com o cliente. Tudo é na base da selfie. Nesses casos, quem possui autorização e já tem o aval do regulador – e o BC já tem uma posição sobre banco digital – precisa garantir que esse processo seja feito de

PLD • FINTECHS

ANTONIO GUSTAVO, DO COAF: o Brasil não deve se alinhar aos países que apoiam o desenvolvimento das Fintechs às custas de concessões regulatórias.

alguma maneira. Na medida em que a captação dos dados é feita digitalmente, em paralelo, o *back office* faz as consultas de praxe. “Antigamente o gerente tinha que te conhecer para abrir uma conta. Hoje, você só precisa enviar os seus documentos e solicitar a abertura. O risco é maior, mas é uma questão de gestão de risco e é preciso se adaptar à nova era da tecnologia, que é uma realidade. Mas também é preciso saber quem tem estrutura para fazer isso”, questiona Suzart.

Assim que um grupo grande e novo, como as Fintechs, começa a ter contato com o público direto, esses controles precisam realmente ser reforçados. A instituição está fazendo alguns encontros para desenvolver essa regulação e deve trazer novidades sobre o papel das Fintechs no mercado. “Nessa posição elas vão estar cada vez mais sujeitas a exigências que se aplicam ao mercado financeiro tradicional”, acredita Ximenes, para quem as exigências vão aumentar em relação ao que existe hoje.

Um dos reflexos disso devem ser regras de gestão de riscos muito mais fortes nos pedaços da operação desenvolvido por terceiros. Ximenes, do Mattos Filho, aponta também para uma revisão na norma de correspondentes bancários, uma figura muito usado por Fintechs, principalmente no segmento de crédito. De

acordo com as regras do BC, hoje a instituição financeira que contrata o correspondente assume inteira responsabilidade bem como o cumprimento da legislação e da regulamentação relativa a essas transações, além da obrigação de supervisionar esses parceiros. Mas como pontua o sócio do Mattos Filho, as normas para correspondentes bancários foram criadas muito antes para atender situações como o Banco Postal e as agências lotéricas.

Até pouco tempo, em geral, os bancos atuavam em todas as pontas e mantinham controle sob todo o processo, a situação era uma. Agora, o negócio é operado com muitas pontas na cadeia, cada uma delas sendo desempenhadas por empresas mais leves, mais rápidas, com um serviço melhor para o usuário. Só que a eficácia desses controles fica diluída. Nesse fracionamento da cadeia, as partes precisam conversar umas com as outras. Nos sistemas de pagamento também acontece essa discussão e não só na área de crédito. Para vender um cartão de crédito você tem o emissor do cartão, o credenciador, a própria bandeira, todos eles têm o seu papel no processo de PLD/FT. Agora nenhum deles tem controle sobre as operações do começo ao fim. O que se busca agora é que aqueles que tenham responsabilidades nessas cadeias para acompanhar as regras que regem esse processo todo, devem assegurar que os controles internos sejam todos consistentes, do começo ao fim. Isso está longe de ser resolvido.

Navegar por essas vias intrincadas deve ser um dos grandes desafios para as Fintechs e seus parceiros. Um estudo recente da Universidade de Georgetown aponta que o problema regulatório mais comum para as Fintechs nos Estados Unidos não diz respeito a uma legislação

ou regulador específico, mas sim ao processo extremamente complexo para navegar por múltiplos sistemas regulatórios.

CONCORRENTES E PARCEIROS

Muita gente vislumbra as Fintechs como um grupo de empresas novas que vai “destruir” os bancos tradicionais. Aqui no Brasil, a emissora de cartões de crédito Nu Bank, ficou conhecida por “desafiar” nomes tradicionais do mercado com um modelo totalmente digital, oferecendo menos burocracia e tarifas menores. A desafiante ganhou um bom espaço no mercado, especialmente entre o público jovem e mexeu com os brios dos grandes bancos, que se viram frente a uma situação de enfrentar um Davi sendo um Golias.

Mas a realidade do mercado é que a maior parte das Fintechs trabalha em colaboração com os bancos. E muitas outras são criadas para, possivelmente, serem vendidas para os bancos. De acordo com um levantamento da Abfintechs, 77% das empresas atuam no segmento B2B, realizando negócios com outras empresas. “Claro que você vai ter empresas que operam diretamente com o consumidor e vão acabar concorrendo diretamente com os bancos. Mas, na grande maioria dos casos, as Fintechs estão aí para trabalhar junto com os bancos”, diz Zelmanovits. Isso nos traz de volta à importância que essas empresas devem dar para suas estruturas de compliance.

Por outro lado, o modelo de negócios totalmente digital das Fintechs, impõe desafios para as empresas tradicionais que resolvem trabalhar em parceria com elas. “Muitas instituições pequenas encontraram na tecnologia uma saída para viabilizar seus negócios. Bancos médios, que enfrentam dificuldades para captar recursos, têm enxergado na prestação de serviços com base digital com uma boa saída para o crescimento”, acredita Renato Ximenes. São negócios que podem ganhar escala muito rapidamente, mas que vão demandar desses mesmos bancos condições para realizar investimentos mais fortes em



ZELMANOVITS, DO MACHADO, MEYER E XIMENES, DO MATTOS FILHO: para avançar e receber investimentos para crescer, as Fintechs precisam cumprir com as regras de compliance e PLD.

controles internos e compliance. Esse é o momento em que o setor financeiro tradicional tem que encarar a tecnologia não só como uma grande oportunidade e também um grande desafio.

A Allgoo enxerga esse tipo de desafio como um risco inerente à inovação. Um dos maiores desafios é cuidar da escalabilidade do negócio de maneira adequada. “Temos exemplos de sucesso que não souberam absorver a escala gerada pelo sucesso do negócio e que acabaram sendo digeridas”, lembra Ubaldo, que diz que isso é inerente ao negócio de inovação e a estrutura interna na Allgoo foi pensada para ser robusta e suportar esse tipo de avanço. “Essa é o que de melhor temos a agregar e oferecer para o nosso parceiro”, complementa.

O fato de serem potenciais parceiros, não torna a pressão feita pelas instituições financeiras tradicionais sobre essas novas empresas menos forte. O cenário bancário bem mais concentrado do que em outros mercados desenvolvidos, torna a recepção a inovações vinda de outros agentes do mercado,

menos “calorosa”. Num ambiente de competição e de maior atrito, o lobby e a pressão regulatória são normais. “Quando você tem uma disputa de mercado, todo mundo quer que o jogo seja disputado com regras iguais para todos. Quando existe a percepção de que alguns agentes competem com regras mais frouxas é legítimo que quem se sinta prejudicado questione a contenda”, pontua Gustavo, do COAF, deixando claro que sua opinião trata de uma questão de argumentação, sem entrar no mérito da discussão.

Embora o mercado financeiro seja naturalmente agressivo nas suas relações concorrenciais, a tendência das Fintechs não tem como ser parada. E os próprios “bancões” estão entrando no jogo. Com suas aceleradoras e incubadoras eles estão na linha de frente do financiamento dessas inovações. “As Fintechs não vão ter vida fácil, porque a pressão dos bancos é fortíssima. Acho que é um caminho sem volta, mas que a pressão sobre elas será grande, isso é certeza”, diz Paulo Suzart.

Para sobreviver e estar preparado para aproveitar as oportunidades que certamente vão surgir à medida que esse mercado se desenvolver, é fundamental que as Fintechs compreendam a importância do compliance no dia a dia das suas operações e que esteja sempre atento a novas questões regulatórias que vão saltar no horizonte e que podem, por exemplo, travar uma negociação. Ainda que não exista uma regulamentação própria, muitas Fintechs de meios de pagamento têm feito as denúncias de transações suspeitas ao COAF de forma anônima por um canal paralelo. “Parta do princípio de que PLD/FT é mandatório. Faça o KYC e o acompanhamento do processo. Não é preciso ter uma estrutura gigantesca, mas ela tem de ser efetiva. Além disso, não deixe de olhar para outras legislações como o Marco Civil da Internet e a anticorrupção. Afinal, os investidores vão valorizar esse cuidado com o compliance e se sentirão mais seguros para investir no negócio. Para receber mais recursos no futuro, é melhor olhar para essas questões desde já”, finaliza Suzart.